

**INSTITUTO PIAGET - COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO, INTEGRAL E ECOLÓGICO, C. R. L.**

**Despacho n.º 3990/2025**

**Sumário:** Aprova o Regulamento de Acesso e Ingresso nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais, da Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Almada.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 25.º da Portaria n.º 181-D/2015, de 19 de junho, na qualidade de Presidente da Direção do Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C. R. L., entidade Instituidora do Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul, reconhecido como de interesse público pelo Decreto-Lei n.º 4/2019, de 14 de janeiro, determino a publicação do Regulamento de Acesso e Ingresso nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais, da Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Almada

20 de março de 2025. – O Presidente da Direção, António Oliveira Cruz.

**Regulamento de Acesso e Ingresso nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais**

**Artigo 1.º**

**Objeto**

O presente Regulamento define as condições de acesso e de ingresso nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais, a que se refere o artigo 40.º - F do decreto-lei Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior (RJGDES), da Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Almada.

**Artigo 2.º**

**Acesso**

1 – Podem candidatar-se ao acesso aos cursos técnicos superiores profissionais:

- a) Os titulares de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente;
- b) Os que tenham sido aprovados nas provas especialmente adequadas, destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, realizadas, para o curso em causa, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março.

2 – Podem igualmente candidatar -se ao acesso aos cursos técnicos superiores profissionais os titulares de um diploma de especialização tecnológica, de um diploma de técnico superior profissional ou de um grau de ensino superior.

3 – Os estudantes que concluíam os cursos de formação profissional de nível secundário ou equivalente nas escolas e noutras entidades em rede com uma instituição que ministre ensino politécnico têm prioridade na ocupação de, até 50 % das vagas que sejam fixadas nos cursos técnicos superiores profissionais por esta ministrados, e para os quais reúnam as condições de ingresso.

**Artigo 3.º**

**Ingresso**

1 – Para o ingresso num Curso Técnico Superior Profissional o candidato deve satisfazer cumulativamente as seguintes condições:

- a) Preencher um dos requisitos elencados no artigo anterior, e
- b) Possuírem os conhecimentos e aptidões correspondentes ao nível do ensino secundário na (s) área (s) relevante (s) do curso a que se candidata.

2 – A comprovação do requisito a que se refere a alínea b) do número anterior pode ser realizada por prova documental ou por prova escrita e prova oral.

3 – Todos os documentos relacionados com a verificação da satisfação das condições de ingresso integram o processo individual do estudante.

#### Artigo 4.º

##### **Candidatura**

1 – A candidatura é apresentada online no InforEstudante, nos prazos fixados no respetivo calendário.

2 – A apresentação da candidatura está sujeita ao pagamento dos emolumentos fixados.

3 – O processo de candidatura é instruído com os seguintes documentos:

- a) Boletim de inscrição devidamente preenchido;
- b) Certificado de habilitações;
- c) *Curriculum vitae* com todos os documentos (diplomas, certificados de habilitações, relatórios e obras de que seja autor) que o candidato considere úteis para demonstrar as suas habilitações e currículo;
- d) Fotocópia simples do bilhete de identidade/cartão de cidadão.

#### Artigo 5.º

##### **Prazos para a candidatura e realização das avaliações**

O prazo para a apresentação da candidatura e o calendário geral de realização das provas e para a matrícula e inscrição são fixados pelo diretor da Escola, constando de edital a afixar em local próprio e através da página *web* da Escola.

#### Artigo 6.º

##### **Vagas**

As vagas são fixadas pelos órgãos legal e estatutariamente competentes da Escola, nos termos do artigo 40.º-G do Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior (RJGDES), e de acordo com os limites fixados no registo de criação do curso.

#### Artigo 7.º

##### **Prova de avaliação de capacidade**

1 – A avaliação de capacidade a que se refere o n.º 2 do artigo 3.º integra uma prova escrita e uma prova oral, podendo ser realizadas em qualquer uma das áreas relevantes para o curso, selecionada pelo candidato no momento da candidatura.

2 – A avaliação de capacidade tem como referencial os conhecimentos e aptidões correspondentes ao nível do ensino secundário nas áreas relevantes para cada curso.

#### Artigo 8.º

##### **Nomeação e competência do júri**

1 – Para a realização das provas, o diretor nomeará um júri composto por docentes da instituição, presidido por um membro do órgão científico. O júri será o responsável por todo o processo de avaliação da capacidade para a frequência do curso.

2 – O júri integrará, caso a caso, pelo menos um docente da área da especialização do curso a que o candidato concorre.

3 – Ao júri compete:

- a) Marcar as datas, horas e locais de realização das provas;
- b) Atribuir as classificações nas provas;
- c) Tomar a decisão final em relação a cada candidato.

4 – A organização interna e funcionamento do júri é da sua inteira competência.

#### Artigo 9.º

##### **Decisão final e classificação da Prova de Avaliação de Capacidades**

1 – A decisão final sobre a aprovação ou reprovação dos candidatos é da competência do júri a que se refere o artigo 10.º, o qual atenderá obrigatoriamente:

a) À classificação da prova teórica ou prática, que corresponde a um peso de 140 pontos da classificação final;

b) À prova oral, que corresponde a um peso de 60 pontos da classificação final.

2 – Aos candidatos é atribuída, pelo júri, uma classificação final expressa no intervalo de 0 a 200, considerando-se, para efeitos de seriação, os candidatos com classificação final igual ou superior a 95 pontos.

#### Artigo 10.º

##### **Resultado final das Candidaturas**

O resultado final de cada candidato, após seriação, exprime-se através de uma das seguintes situações:

- a) Colocado (curso);
- b) Não colocado;
- c) Excluído da candidatura.

#### Artigo 11.º

##### **Publicação da decisão**

1 – O resultado final é divulgado através de listas afixadas na Escola e publicadas na página web da Escola no prazo fixado nos termos do artigo 5.º

2 – Das listas afixadas constam, relativamente a cada candidato que se tenha apresentado ao concurso:

- a) Nome;
- b) Número de identificação civil;
- c) Resultado final.

3 – A menção da situação de excluído da candidatura e de não colocado é acompanhada respetiva fundamentação legal.

## Artigo 12.º

### Reclamação da decisão final

1 – Do resultado final podem os candidatos apresentar reclamação devidamente fundamentada, no prazo de 3 dias úteis após a fixação da lista de colocações, mediante exposição dirigida ao Diretor da Escola.

2 – A reclamação poderá ser entregue, em mão, nos Serviços Académicos da Escola ou por via postal registada com aviso de receção.

3 – A decisão sobre a reclamação é proferida no prazo de 2 dias úteis e comunicada ao interessado por escrito com a respetiva fundamentação.

## Artigo 13.º

### Matrícula e inscrição

1 – O candidato colocado num determinado curso deverá proceder à respetiva matrícula e inscrição no prazo fixado nos termos do artigo 5.º

2 – A colocação apenas tem efeito no ano letivo a que se refere, pelo que o direito à matrícula e inscrição caduca com o seu não exercício dentro do prazo fixado nos termos do artigo 5.º

## Artigo 14.º

### Exclusão do processo de candidatura

Serão excluídos do processo de candidatura em qualquer momento do mesmo os candidatos que:

- a) Não tenham preenchido corretamente o boletim de candidatura, quer por omitirem algum elemento, quer por indicarem outros que não correspondam aos constantes dos documentos entregues;
- b) Não reúnam as condições para se apresentarem a concurso;
- c) Não tenham, sem motivo devidamente justificado perante o órgão legal e estatutariamente competente da Escola, e aceite por este, completado a instrução dos respetivos processos nos prazos devidos;
- d) Prestem falsas declarações.

## Artigo 15.º

### Erro dos Serviços

1 – Quando, por causa não imputável direta ou indiretamente ao candidato, não tenha havido colocação, ou esta tenha ocorrido em desconformidade com o resultado aplicável ao caso concreto, o candidato é colocado pelo estabelecimento de ensino no curso em que teria obtido colocação, mesmo que para esse fim seja necessário criar vaga adicional.

2 – A retificação poderá ser desencadeada por iniciativa do candidato, no âmbito do processo de reclamação, ou por iniciativa da Escola.

3 – A retificação abrange o candidato a respeito do qual o erro se verificou e não afeta os restantes candidatos, colocados ou não.

## Artigo 16.º

### Casos Omissos

As dúvidas e casos omissos são resolvidos pelo/a Diretor/a, ouvido o órgão estatutariamente competente e de acordo com a legislação aplicável.

Artigo 17.º

**Emolumentos e Propinas**

Os montantes a pagar pela candidatura, inscrição e frequência dos CTeSPs, bem como os emolumentos, são estabelecidos no Regulamento Financeiro.

Artigo 18.º

**Entrada em Vigor**

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

318843422